PORTARIA-SEMARH Nº 78, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020.

O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º, do art. 42, da Constituição do Estado, consoante com o art. 58, inciso III, e art. 67 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e com a Instrução Normativa TCE-TO nº 002/2008, de 7 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seus respectivos substitutos, para os casos de impedimentos e afastamentos legais dos titulares, do contrato elencado a seguir:

Processo nº: 2018/39000/000095

Contrato nº: 03/2020

Empresa: PREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em montagem e instalação de viveiro de mudas, visando a implantação do Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD) na forma descrita no Termo de Referência, parte integrante do Processo Administrativo nº 2018/39000/000095, nos termos do Pregão Eletrônico 03/2020

Gestor: Setor de Gestão de Contratos

Fiscais do Contrato:

- a) Titular: THIAGO OLIVEIRA BANDEIRA, número funcional 1276700-1;
b) Suplente: ODAIR LINHARES MATEUS, número funcional 525367-1.

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

II - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

III - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

IV - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

V - manifestar-se por escrito, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual

VI - atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;

VII - solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;

VIII - acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;

IX - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no art. 69, da Lei Federal nº 8.666/1993;

X - encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

XI - notificar a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais para que seja regularizado, sob pena de sanções administrativas e outras que forem necessárias.

Art. 3º Fica revogada a Portaria-Semarh nº 46, de 22 de junho de 2020, publicada na edição 5.635, do Diário Oficial do Estado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de agosto de 2020.

GABINETE DO SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, em Palmas - TO, aos 4 dias do mês de setembro de 2020.

RENATO JAYME DA SILVA
Secretário

PORTARIA-SEMARH Nº 79, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020.

O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no §1º, do art. 42, da Constituição do Estado, com fulcro no art. 2º, inciso I, alínea "j", e inciso III, alínea "m", do Decreto nº 4.550, de 11 de maio de 2012, publicado na edição 3.630, do Diário Oficial do Estado, e na conformidade do §2º, do art. 2º, do Regimento Interno do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas - FEMC/TO, e

CONSIDERANDO o art. 1º, inciso I, alínea "h", e inciso III, alínea "l" da PORTARIA-SEMARH Nº 28, de 28 de abril de 2020, publicada na edição 5.591, do Diário Oficial do Estado,

CONSIDERANDO o OFÍCIO Nº 472/2020/GAB/FMA, SGD: 2020/39009/004308, oriundo da Prefeitura Municipal de Palmas, que solicita a alteração de membros, titular e suplente, representantes daquele Município,

CONSIDERANDO o Ofício nº 220/2020 - Gabinete do Comando-Geral, SGD: 2020/09039/037611, oriundo da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, que solicita a alteração de membro titular representante daquele órgão,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes representantes para compor o Fórum Estadual de Mudanças Climáticas - FEMC/TO, no biênio de 2020 a 2022:

I - Município de Palmas:

a) JACQUELINE VIEIRA DA SILVA, em substituição a Luzimeire Ribeiro de Moura Carreira;

b) LUZIMEIRE RIBEIRO DE MOURA CARREIRA, em substituição a Loane Ariela Silva Cavalcante;

II - Batalhão da Polícia Militar Ambiental - BPMA:

a) GEREMIAS TEIXEIRA DOS SANTOS OLIVEIRA, em substituição a Cleuter Sillas Pereira Gomes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 3 de setembro de 2020.

GABINETE DO SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, em Palmas - TO, aos 4 dias do mês de setembro de 2020.

RENATO JAYME DA SILVA
Secretário

SECRETARIA DA SAÚDE**PORTARIA Nº 450/2020/SES/GASEC, DE 31 DE AGOSTO DE 2020.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, designado pelo Ato Governamental de nº 1.478 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5.361 de 21 de maio de 2019, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I, II, e IV, da Constituição do Estado.

Considerando a sentença exarada no bojo dos autos nº 0018696-97.2017.8.27.2706, a qual determina em suma: "(...) *Ex positis* e o mais que dos autos consta, acolho o pedido inaugural, a fim de deferir a obrigação de fazer postulada, para determinar ao ente federado requerido que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da ciência da presente, promova a adoção das medidas administrativas necessárias à efetiva realização da intervenção cirúrgica de artroplastia total de quadril no paciente/interessado, ANIBAL PEREIRA DA COSTA, com qualificação nos autos, consoante a respectiva prescrição médica (EVENTO 01), mediante, caso necessário, Tratamento Fora de Domicílio (TFD), nesta ou de outra Unidade da Federação, e, inclusive a contratação do serviço junto à rede privada de saúde, sob pena de bloqueio de ativos financeiros da administração pública para aquisição direta do procedimento (...).";

Considerando a Justificativa do Gestor da Pasta quanto à compra direta, emitida as folhas de nº 122/122v;

Considerando, ainda, o Parecer Jurídico "GAB/GNDJ" nº 32/2020, exarado pela Gerência do Núcleo de Demandas Judiciais, devidamente homologado pelo Despacho/SES/GASEC nº 1039/2020, no qual se manifestam favoráveis a contratação da empresa CIRURGICA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 09.497.984/0001-32, referente à aquisição da PRÓTESE DE QUADRIL PRIMÁRIA (OPME).